



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

BAÍA DE TODOS OS SANTOS: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS DE UM TERRITÓRIO AFRICANO EM DIÁSPORA

PAULA REGINA DE OLIVEIRA CORDEIRO¹

Resumo: A Baía de Todos os Santos (BTS) é um território que possui na sua gênese territorial os povos indígenas, aos quais foram somados, através de migração forçada e posterior escravização, os povos africanos. A colonização europeia molda os aspectos territoriais da BTS após 1500, porém, após a abolição da escravatura e com o declínio dos engenhos de açúcar que ali se proliferavam, os africanos em diáspora refazem suas vidas, constroem e consolidam novas territorialidades e modos de vida através do contato com a “mãe mata, mangue e maré”. Os territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades negras na BTS são dotados de práticas ancestrais de solidariedade e coletividade, baseadas no extrativismo, na pesca e na agricultura. Porém, o colonialismo e o racismo moderno se fazem presentes na BTS e novamente seus modos de vida, seus territórios são invadidos, agora tendo como agentes as indústrias navais, químicas e de turismo. O conflito territorial se estabelece na medida em que há a privatização e degradação do meio ambiente e são estabelecidas lógicas exógenas sob o território.

Palavras-chave: Território Africano; Racismo; Conflito.

1. INTRODUÇÃO

A Baía de Todos os Santos (BTS) está situada no Estado da Bahia (mapa 1), seus contornos compreendem catorze municípios – com população de 2.783.738 segundo o Censo de 2010 do IBGE – sendo que dez² municípios são banhados pelas suas águas salgadas, estes municípios se relacionam também através de sistemas hídricos e de características culturais, econômicas e políticas oriundas da Região do Recôncavo Baiano.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Grupo Costeiros-UFBA e da Nova Cartografia Social-UFRB



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Mapa 1 – Mapa de Localização



A Baía de Todos os Santos possui superfície de 1.223 km² é:

[...] o segundo maior acidente geográfico deste tipo no Brasil, com dimensão inferior à Baía de São Marcos, no Maranhão. Fazem ainda parte desse sistema duas outras baías de menores dimensões, respectivamente as de Iguape e Aratu, 56 ilhas, sendo a de Itaparica a maior ilha marítima do Brasil. (TAVARES et al, 2011, p. 14).

Essa região² possui cobertura vegetal típica de áreas úmidas, permitindo a existência de floresta tropical do tipo Mata Atlântica, cercada por restingas, regiões alagadiças, manguezais, rios e demais cursos hídricos. Para compreendermos melhor a formação sócio territorial da BTS faz-se necessário adentrarmos de forma breve em aspectos arqueológicos e históricos da região:

De acordo com o atual estágio de conhecimento da região, o registro arqueológico mais antigo que se conhece da presença humana no Recôncavo corresponde aos sítios denominados sam-baquis. Sumariamente, um sambaqui é resultado de um padrão cultural de comportamento social, derivado do acúmulo intencional de uma grande quantidade de conchas coletadas dos mangues. Uma parte desses mariscos recolhidos era usada como base da alimentação daqueles grupos humanos, embora a maior parte tenha sido coletada justamente para a construção do montículo. Quando essa estrutura alcançava dimensões consideradas suficientes, o grupo que o construía passava a habitar sobre ele, de forma que o acúmulo de conchas funcionava como um grande aterro, em alguns casos destacando-se na paisagem das planícies costeiras e, talvez, demarcando a sua posição. (FERNANDES e ETCHEVARNE, 2011, p.33).

² Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Felix, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Estudos apontam também para existência de outros povos indígenas pré-coloniais, são eles os povos de língua Jê, chamados de grupo Aratu por causa da grande existência de vestígios arqueológicos na Baía de Aratu. O grupo Aratu era constituído de horticultores e extrativistas das matas e manguezais. Outros estudos apontam que a partir do século XIII d.C. outros grupos de horticultores ceramistas conquistaram o território do grupo Aratu, provavelmente expulsando-os. Eram o grupo Tupi:

Os diversos grupos Tupi eram também horticultores, porém especializados no cultivo da mandioca amarga que, uma vez ralada e transformada em pasta, processavam para a extração dos elementos tóxicos, mediante a utilização de objetos cerâmicos específicos, os grandes pratos ou assadores. As aldeias eram grandes, se considerarmos a distribuição espacial dos restos cerâmicos nos sítios, o que comportaria um índice demográfico alto. Situavam-se em pontos estratégicos, com boa visibilidade sobre o território, próximos a rios, podendo-se pensar, por isto, que também faziam uso de canoas como meio de deslocamento. (FER- NANDES e ETCHEVARNE, 2011, p.37)

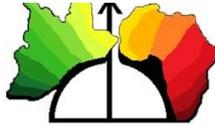
Diversos grupos Tupis se territorializaram na Baía de Todos Santos, porém, no século XVI, a região era de “domínio de povos considerados descendentes dos grupos Tupi arqueológicos: os Tupinambá”. (FERNANDES e ETCHEVARNE, 2011, p.38). Apesar da existência de outros povos, as fontes históricas mostram a hegemonia do povo Tupinambá na BTS.

2. KIRIMURÊ À BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Kirimurê, de águas salgadas mansas, é o nome dado pelos Tupinambá ao que atualmente conhecemos por Baía de Todos os Santos, nome rebatizado pelos portugueses em 1501, após a invasão, colonização, resistência, assimilação e extermínio dos povos indígenas, principalmente dos tupinambás ali existentes.

Com a presença de outros europeus, em dezembro de 1548, o rei D. João III cria o Governo Geral para o Brasil na Baía de Todos os Santos, na tentativa organizada do Estado português em assegurar o controle sobre as terras brasileiras. A intervenção era seguida da necessidade de maior presença portuguesa, com objetivos de criar uma sociedade e economia coloniais.

Os elementos componentes deste sistema eram: a) uma cidade-fortaleza plantada na



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

entrada da baía, sede administrativa, posto militar e porto ligado às rotas atlânticas portuguesas; b) uma rede de engenhos fortificados implantados em todo o recôncavo da baía e interligados por via aquática à cidade; c) um sistema de navegação interior capaz de interligar cada engenho à cabeça do sistema. (ARAÚJO, 2011, p.52).

Em março de 1549, com a chegada do primeiro governador-geral Tomé de Souza, deu-se início à construção da cidade de São Salvador e conseqüente guerra ao território dos Tupinambá. Durante os três primeiros governos gerais ocorreram ataques dos portugueses e reação dos indígenas contra a escravização, destruição da natureza, sítios sagrados e demais territorialidades já existentes.

Os tupinambás reagiram, queimaram canaviais, se recusaram a viver sobre o jugo da escravização. A guerra do Curupepa, a guerra de Jaguaripe, a guerra do Boca Torta, a guerra dos Ilhéus a guerra do Peroaçu ou Paraguaçu (ARAÚJO, 2011) são emblemáticas da época. Porém, a força bélica portuguesa promoveu um extermínio e poucos indígenas sobreviveram aos primeiros vinte anos de contato. Suas terras foram distribuídas entre os colonos e os nativos foram chamados de gentis: “E assim a portuguesa Baía de Todos os Santos venceu a Índia Kirimurê.” (ARAÚJO, 2011, p.54). Segundo Ubiratan Castro de Araújo:

[...] em 1585, somente a população da cidade da Bahia contava 3000 portugueses, 8000 índios cristãos e 4000 escravos da Guiné. Acrescente-se a esta população urbana os contingentes de escravos e livres empregados nos 40 engenhos e plantações de cana e os tripulantes dos 1400 barcos e canoas e poderemos estimar em quase o dobro esta população para o conjunto da Baía de Todos os Santos. (ARAÚJO, 2011, p.55).

Sob o domínio lusitano, as veias do território indígena foram abertas, suas terras divididas e apropriadas, suas divindades e seu modo de vida e a forma de relacionamento com a natureza violada. A superioridade do armamento bélico fora de fato determinante para a consolidação do empreendimento português, porém, a inversão dos valores, o medo do desconhecido também foi fundamental para a desestabilização da territorialidade nativa. Os combates realizados com os portugueses, além de provocar o extermínio físico, eram acrescidos de novas práticas como a prática do cercamento, a queima de aldeias inteiras, destruição das roças e a própria destinação dada aos vencidos. Nos costumes originários,



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

os vencidos participavam de rituais antropofágicos: “razão de glória e valorização social do vencedor e de dignidade para o vencido, e passava a ser a de compor os lotes de escravos usados como trabalhadores nos empreendimentos e propriedades dos conquistadores.” (PARAÍSO, 2011, p.71).

No que se refere ao trato dado à natureza, com o aumento da população e a introdução da lógica colonizadora, as matas foram derrubadas e os territórios passam a servir às lógicas do mercado externo. A intensiva exploração da natureza desregula à lógica interna da sociedade indígena:

[...] como nos casos da divisão de trabalho; do preterimento de atividades produtivas que lhes garantiam a subsistência pelas voltadas para a produção de mercadorias destinadas à troca e ao comércio; do desvio dos prisioneiros para a formação de grupos negociados ou entregues como escravos; das regras de solidariedade e a exigência, cada vez maior, da entrega de excedentes para a troca – gerou tal desorientação social, e em níveis tão profundos, que inviabilizou a reprodução da sociedade indígena a partir do modelo estabelecido naquele momento (PARAÍSO, 2011, p.72).

No que se refere às práticas do labor, o estatuto colonial, impôs a agricultura como única atividade produtiva a ser realizada na BTS, criminalizando a caça e a pesca, considerando tais atividades “como pouco produtivas e nada civilizadas” (PARAÍSO, 2011, p. 88). A destruição completa do sistema organizativo indígena era um imperativo à conquista lusitana no Brasil. A lógica de acumulação primitiva de capital através do trabalho escravizado, da propriedade privada, dos aldeamentos forçados e da centralização política e econômica no Estado português estabeleceu relações pautadas na hierarquização e dominação que se contrapuseram a autonomia dos povos e ao modo de vida dos povos originários de Kirimurê. Apesar de toda a violência empreendida contra os Tupinambá, esse povo guerreiro se refez e, na atual realidade socioespacial brasileira reivindica o direito ao território.

A saga expansionista do estado lusitano consolidou uma unidade agroexportadora baseada em grandes latifúndios, na monocultura açucareira e na exploração do trabalho escravizado dos povos indígenas e africanos.

3. IDENTIDADES INDÍGENAS E AFRICANAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

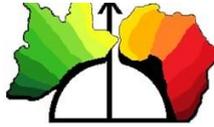
A escravização africana na Baía de Todos os Santos fora fundamental para a consolidação do sistema agroexportador da cana-de-açúcar. Para alcançar lucros exorbitantes e sustentar o projeto colonial, os impérios europeus lançaram mão de um processo civilizatório que afetaria outros povos, culturas e impérios do continente africano. Estabelece-se assim, a estrutura social, política e econômica baseada em critérios que envolviam a submissão de povos pelos aspectos fenótipos e, portanto, raciais.

O racismo, nesse sentido estrutura a organização da vida no Brasil. A divisão do mundo em raças foi parte de um projeto de sociedade orientado pela cosmovisão europeia. Nela os territórios sob seu domínio “se estruturam em torno de dois eixos fundamentais: a classificação da população mundo a partir da ideia de raça e a articulação de todas as formas de controle do trabalho” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.26).

Essas identidades construídas logo se associam ao lugar que os grupos passam a ocupar na divisão social do trabalho. Ao índio à servidão; ao negro à escravidão; ao branco o trabalho assalariado: “A partir da ideia de raça, portanto, se instituem um conjunto de relações de poder que hierarquizam os lugares e suas gentes, classificando-os de acordo com um suposto grau de evolução e desenvolvimento societário” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 27). No Brasil, a ideologia montada operou um dos sistemas escravistas mais perversos do continente americano.

Ao longo dos séculos XVI e XIX, o Brasil fora a unidade política a registrar a maior estatística de importação forçada de negros africanos. Estes eram utilizados como força de trabalho escravizada.

A África tornou-se – em consequência – um campo de pilhagens e grande parte do seu devassamento geográfico está subordinado aos interesses dos traficantes de escravos. Desde muito cedo, por isto, o Continente Negro foi vítima das nações em fase de expansão capitalista. (MOURA, 1981, p.34).



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

O capitalismo moderno só foi possível graças a essa pilhagem realizada pela civilização europeia, centrada na propriedade privada do solo e dos meios de produção, na busca incessante de lucro e na negação da diferença:

O Capitalismo que surgiu na Europa nos séculos XVII-XVIII emerge como uma singularidade totalmente atípica no processo de desenvolvimento geral da Humanidade; uma surpreendente aberração, se considerarmos como sendo a norma o modo de desenvolvimento que a maioria das sociedades do planeta seguiu. No entanto, em termos históricos, uma aberração é simplesmente a concretização de algo que era possível. Mas essa possibilidade supôs certas condições, e foram essas condições que Baechler e Weber tentaram definir com um alto grau de sucesso. Todavia, estes últimos deixaram de fora o elemento fundamental que Eric Williams (1975) trouxe para o debate: o papel da violência organizada como um agente histórico determinante. Foram o assalto do Continente Africano, demonstrou Williams, e a consequente escravização dos povos da raça negra que criaram a fabulosa acumulação primitiva de capital que engendrou a Revolução Industrial. (MOORE, 2012, p.128).

O território da Baía de Todos os Santos, que margeia grande parte do Recôncavo baiano, recebeu taxa significativa de importações de Africanos escravizados. Segundo Luis Nicolau Parés (2007) de 1702 a 1850, a população escrava de Salvador era de 7. 756 africanos oriundos da África Central e da Ocidental, somando-se ainda os “negros da terra”, os Africanos já em diáspora.

A chegada de povos africanos, em sua maioria de origem étnica Banto, determinaria muito mais do que as características econômicas da Bahia. Suas formas de organização social, sua língua, hábitos e manifestações culturais ficaram cravadas nos corpos, na formação, cosmovisão e organização territorial que compõem toda essa região. Segundo Kabengele Munanga:

Os processos de mestiçagem e empréstimos culturais entre africanos escravizados no Brasil tornam difícil, se não impossível, discernir e identificar a origem étnica das populações afrodescendentes do Brasil de hoje. No entanto, as resistências linguísticas e culturais que caracterizam as contribuições africanas na cultura brasileira contemporânea oferecem suficientes elementos pra distingui-las a partir de um trabalho de comparação com suas áreas regionais e étnicas da África tradicional. (MUNANGA, 2009, p.92).

Munanga (2009) faz referência a três áreas geográficas-culturais cujas contribuições estão presentes no Brasil contemporâneo: área ocidental das culturas dos povos ioruba ou nagôs, jêje, fons, ewê e fanti-ashanti, cujo território atualmente se relacionam as atuais repúblicas da Nigéria, Benim, Togo, Gana e Costa do Marfim, o chamado Golfo do Benim; a zona do



SALVADOR E SUAS CORES 2017

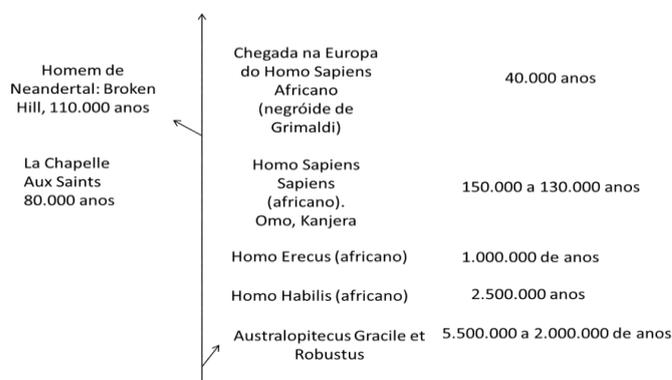
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Sudão ocidental, ocupada pelos negros malês (peul ou fula, mandinga, haussa, tapa e gurunsi), cobrindo os territórios dos atuais países do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Mali e Burkina Fasso; “a área dos povos de língua banto, compreendendo numerosas etnias que cobrem os países da África central e austral (Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia, Moçambique e África do Sul).” (MUNANGA, 2009, p.92).

Porém, no nosso trabalho, faremos maior referência à presença da área geográfico- cultural Congo-Angola, por terem sido os primeiros a habitar as terras brasileiras e, portanto, o território da Baía de Todos os Santos: “Os bantos, os primeiros a chegar, deram o primeiro exemplo de resistência à escravidão na reconstrução do modelo africano do 'quilombo', importado da área geográfica-cultural Congo-Angola.” (MUNANGA, 2009, p. 92).

A história da civilização negra, por muito tempo, ficou perdida sob os óculos racistas das teorias eurocêntricas, já que esta civilização é a mais antiga do mundo. “Basta dizer que os primeiros homens, o *homo erectus*, assim como o *homo sapiens*, têm sua origem na África.” (LUZ, 2013, p.23). As primeiras mulheres e os primeiros homens, tal como somos hoje, surgiram por volta de 150.000 a.C e eram negros (LUZ, 2013). Os homens brancos só surgiram por volta de 20.000 a.C (LUZ, 2013). A obra de Cheik Anta Diop é um marco nos estudos sobre as civilizações africanas, superando os “obstáculos das falsidades ideológicas levantadas pelos colonialistas em relação às teorias da evolução do homem” (LUZ, 2013, p.23) (gráfico 1)

Gráfico 1 – Surgimento da humanidade



Fonte: LUZ, 2013.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

O gráfico acima demonstra o surgimento e evolução da espécie humana, comprovando a ancestralidade africana nos continentes da Mãe Terra. Dessa forma, consideramos importante aqui destacar a existência da presença africana em diversos continentes:

A presença civilizatória negra não se estendeu apenas à Europa e Ásia, mas atingiu também, a América pré-colombiana. Bem antes do branco chegar a esse continente, existia uma significativa presença negra no México e Caribe. Essa presença não se caracterizava apenas ao nível de relações comerciais, mas também a nível de influência cultural, na religião, na arte, nas construções de pirâmides, em processos técnicos de mumificação etc. (LUZ, 2013, p.26)

São várias as comprovações da existência Africana na América pré-colombiana, desde as pirâmides escadas maias e astecas, até o culto a divindade do sol Ra, que possui correspondentes no panteon de entidades do México, Peru e do Egito. Portanto, “[...] muito antes de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, os Africanos já possuíam técnicas de construção naval e de navegação capazes de estabelecer rotas entre a África e a América” (LUZ, 2013, p.27). Porém, a noção de “descobrimento”, tenta apagar a presença de outros povos na América. Para isso, os portugueses e espanhóis, legitimados pela Igreja Católica Romana, lançaram mão de “[...] uma das mais terríveis ações genocidas que a história da humanidade já conheceu.” (LUZ, 2013, p.27), a invasão do continente africano e a escravização de seu povo.

Dito isso, precisamos agora entender a importância das civilizações africanas que vieram para o Brasil para a conformação da cosmovisão africana em diáspora e o seu legado para as comunidades negras no nordeste da Baía de Todos os Santos. O conceito de diáspora africana “refere-se basicamente à dispersão (tanto voluntária quanto involuntária) dos povos de ascendência africana do continente africano, especialmente a partir do século XV”. (CHRISTIAN, 2009, p. 147). Tais comunidades são o registro histórico-geográfico da presença negra, seus valores e de sua resistência e existência até os dias atuais. Já que: “A luta contra a escravidão e o colonialismo resultam, em última instância, exatamente da afirmação existencial do homem negro, que implica na continuidade transatlântica de seus



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

princípios e valores transcendentos.” (LUZ, 2013, p.29).

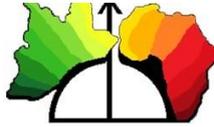
Afirmamos que a presença africana no Brasil nos deixou um legado tão importante, que hoje vivemos da mesma maneira princípios e valores desta tradição civilizatória, apesar das transformações sofridas através do contato com os europeus e os povos originários de Pindorama³, fato que “não alteram em sua totalidade a dinâmica constituinte de um mesmo *continuum*.” (LUZ, 2013, p.29). Tal continuidade foi capaz de engendrar e estruturar identidades e relações sociais, reveladas pelas comunidades negras da Baía de Todos os Santos.

A relação estabelecida pelos povos africanos no Brasil se baseada nos mesmos princípios e valores trazidos de sua terra natal. A própria compreensão de pessoa africana sugere formas diferentes de se relacionar com a natureza:

Para o negro, o ser humano e os outros seres que constituem o universo possuem uma dimensão sagrada, pois possuem elementos e substâncias concretizadas das forças cósmicas sobrenaturais que regem o universo. A criação do mundo e dos seres que nele habitam resulta da vontade do Ser Supremo. Para tanto, todos devem concorrer para que o universo se expanda e o mundo nunca acabe. (LUZ, 2013, p.80).

Para compreender essa dimensão da natureza e dos seres enquanto sagrados, faz-se necessário adentrarmos sobre aspectos religiosos oriundos dos povos da região geográfica-cultural Congo-Angola. A criação do mundo foi obra do Deus Supremo, Nzambi, a baixo deles estão os Nkísi, divindades do panteão Banto. Todos os Nkísis possuem relação estreita com a natureza, tornando seus elementos sagrados e fundamentais para a existência desses. Sem a presença do manguezal a Nkísi Nzumbarandá não existiria; sem os ventos, os trovões e os raios, a Nkísi Matamba não existiria; sem a existência das águas salgadas a Nkísi Mikaiá não existiria, sem a existência das águas doces a Nkísi Dandalunda não existiria. A não existência desses Nkísis significaria que seus filhos e filhas ficariam órfãos e órfãs, a preservação dos espaços de natureza, significa também a preservação das divindades Congo- Angola: “Essa dimensão cósmica da religião abrange os planos da individualização, da socialização e das relações do ser humano com a natureza” (LUZ, 2013,

³ Denominação utilizada pelos tupi-guaranis para se referir ao Brasil, antes da invasão europeia. Pindorama significava “terra livre dos males”.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

p.80).

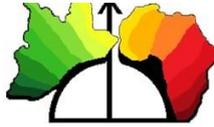
A relação com a terra e com os meios de produção também se diferenciam do modelo europeu da propriedade privada:

A produção agrícola se caracteriza primeiramente pela descoberta de um novo sítio, adequado pelos caçadores em geral. Eles comunicam o achado aos mais velhos e esses distribuirão as áreas entre as famílias. A terra não possui propriedade. Há apenas o direito à ocupação, de acordo com critérios ligados à antiguidade da família ou linhagem ali estabelecida. [...] Os meios de produção, incluindo os instrumentos de trabalho, são, portanto, coletivos ou comunitários, ficando, todavia, confiados à orientação e guarda dos mais velhos, que representam a comunidade de produção, vila ou aldeia. (LUZ, 2013, p. 83)

Disso deriva a forma coletiva da propriedade da terra e dos meios de produção nas comunidades negras, as formas de cooperação, por exemplo, realizadas na pesca artesanal que envolve uma série de pessoas da comunidade: desde a fabricação dos meios de produção, a utilização destes para a captura do pescado e o beneficiamento desta produção. A forma de reprodução da vida social, econômica e política das comunidades africanas não podem ser apreendidas, portanto, nem pela forma clássica de estudo ocidental, como é o caso das teorias marxistas, visto que: “O conceito de classes sociais no sentido marxista relacionado à exploração do excedente da força de trabalho, a exploração do homem pelo homem, inexistente no modo de produção comunal africano” (LUZ, 2013, p. 86).

A invasão europeia no final do século XV significou tanto a modificação da estrutura social africana, quanto a permanência de valores sociais, culturais, política, produtiva... Com o engendramento das relações coloniais escravistas, que marcaram a presença do homem europeu no continente negro africano, e a posterior exportação forçada dos negros e negras Africanas, relações foram rompidas e refeitas em terras brasileiras.

A Europa do início do colonialismo é “um continente vivendo crises de valores e de ajustamento social. O desenvolvimento da burguesia, que começa a controlar a economia através do capital financeiro e de um comércio assentado no valor da acumulação de dinheiro, retoma os valores da Grécia clássica e da Roma imperialista, ambas sociedades caracterizadamente escravistas” (LUZ, 2013, p.118). Esse retorno aos valores da



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

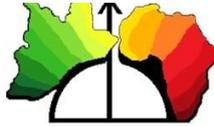
antiguidade europeia é chamado de “Renascimento”, consolidando as bases para as ideologias que formarão o novo ideal de humanidade no continente:

Esse novo ideal de homem é o *self-made man*. O aventureiro amoral que, enfrentando desabridamente todos os obstáculos, através de quaisquer recursos e da acumulação da riqueza consegue adquirir poder e notoriedade. Esse novo homem desafia as leis do destino, sobrepassa as tradições religiosas, ignora os valores da vida comunal, não possui referências de sua ancestralidade e procura ignorar a sua morte, projetando-a no outro, matando-o. O dinheiro passa a ser seu único valor almejado, o equivalente geral que condensa em sua representação a anulação de todos os demais valores, seja da própria tradição tribal europeia, seja dos valores de outras sociedades de outros continentes, nas quais o valor da moeda restringe-se a medir a troca e a circulação de mercadorias. (LUZ, 2013, p.118)

É com essa lógica que o assalto ao continente africano é empreendido pelos europeus. A acumulação do dinheiro só pode resultar da exploração da força de trabalho escravista, que inclui tanto a propriedade do trabalhador, quanto a propriedade dos meios de produção. O Estado europeu também adquire formas coloniais e passa a se apresentar como uma instituição acima da sociedade reguladora dos interesses de uma classe social que detém poder. O poder nesse caso vem do dinheiro.

Para os povos africanos, de origem yorubana, o conceito de axé se contrapõe veemente ao conceito de poder europeu, que se assemelha ao conceito de *agbara* “que equivale ao conceito corrente de poder no ocidente, ou seja, a subordinação de um indivíduo a outro, por meios legítimos ou ilegítimos” (SODRÉ, 1988, p.87). À noção de axé, no entanto, é o que regula as noções africanas, o axé que, significa força: “a posse do axé implica algo que se pode chamar de poderoso ou potente, uma vez que se trata de uma força de realização ou de engendramento” (SODRÉ, 1988, p.87).

É com a compreensão de poder europeu que os portugueses invadem o continente africano, impõe lógicas verticais e violentas na vida dos povos e afirma o tráfico de escravizados como



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

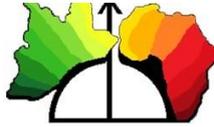
a principal e mais lucrativo empreendimento do colonialismo. Segundo Marco Aurélio Luz “Os cálculos de lucro desse empreendimento atingiam a média de 500%.” (LUZ, 2013, p.133).

Os dados sobre a taxa de exportação forçada são imprecisos, mas segundo Mark Christian: “Dependendo da fonte, a estimativa do número de africanos escravizados e forçados a migrar para o “Novo Mundo” varia de doze a cem milhões de pessoas.” (CHRISTIAN, 2009, p.149). A origem do racismo tem relação intrínseca com a negação de outros povos e com a pretensa superioridade, nesse caso, dos povos europeus, brancos aos povos de origem africana, negros.

Carlos Moore, a partir de Diop, afirma que “(...) o fenótipo, desde os mais longínquos períodos, determina um papel orientador das ações de violência iniciadas por disputas de recursos e território entre populações visivelmente diferentes” (MOORE, 2012, p.130). O racismo serve, portanto, para assegurar a propriedade e preservação monopolista das riquezas vitais da sociedade:

Na Antiguidade, esses recursos eram território (terra, água, rios e montanha) e bens (rebanhos, cidades...). Seguidamente, esses recursos foram a própria força de trabalho alheia (escravos), a produção alheia (produtos agrícolas ou manufaturados) e a riquezas do meio ambiente e subsolo alheios (minerais, sal, especiarias, madeiras, marfim...). Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo. (MOORE, 2012, p.228-229).

Na sociedade brasileira, multirracial, o racismo está arraigado em todas as esferas sociais: econômica, territorial, política, cultural, militar e simbólica... Através do fenótipo são



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

assegurados ou negados direitos, bem como organizados o monopólio e a gestão das riquezas. E como o racismo evolui constantemente (CESAIRE, 1971), sua manifestação se dá em algumas sociedades de forma não institucional e em outras de forma a provocar apartheids legais.

A utilização da mão de obra de Africanos em situação de escravização foi fundamental para o desenvolvimento do empreendimento colonial. As situações à que foram submetidos esses povos desestruturou seu modo de vida, arrancando-os de seus territórios e inserindo-os em uma dinâmica territorial exógena, fato agravado pelas inúmeras violências sofridas por esses povos.

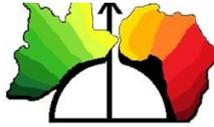
Assim como os Tupinambá, os povos africanos que chegaram aqui rejeitaram a escravização, organizando levantes, fugas, construindo quilombos. Inúmeros canaviais foram incendiados, senhores de engenho assassinados, contabilizando milhares de levantes, aquilombamentos e insurgências dos povos africanos, segundo Zelinda Barros:

A resistência à escravidão foi uma marca do período de vigência desse sistema no nosso país. Seja de forma individual - recusa ao trabalho (o chamado "corpo mole"), roubo, sabotagem, assassinato dos senhores, fugas, infanticídio, aborto e suicídio, ou de forma coletiva – revoltas e rebeliões, que resultavam ou não na formação de quilombos, a resistência acentuou o papel ativo dos escravizados na luta contra a escravidão e destacou um aspecto perverso do sistema: a humanização do/a escravizado/a apenas no momento em que cometia um crime. A nenhum outro tipo de propriedade eram aplicadas punições e penas (FLORENTINO & AMANTINO, 2012) (BARROS, 2016, p.6).

Onde quer que tenha existido escravidão, houve resistência negra. Além das fugas, rebeliões e aquilombamentos, atualmente:

[...] os estudiosos do protesto negro têm pensado o conceito de resistência escrava de forma bem mais elástica. Para eles, a resistência escrava não deve ser vista apenas pela ótica econômica - de afronta à propriedade – mas também pelo desenvolvimento de uma cultura afro-brasileira que se contrapõe à cultura branca imposta aos escravizados. [...] os espaços de manutenção e recriação das culturas negras foram também utilizados como forma de contestação à sociedade escravista e pós-escravista. Daí podermos chamar este outro aspecto da resistência negra de resistência cultural. (AMARAL, 2011, p. 31).

Apesar das tentativas de apagamento da memória afro-brasileira, das diversas formas de racismo, podemos ver nas manifestações da cultura popular negra que está presente a lem-



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

brança e a resistência africana em diáspora. Os quilombos, formas organizativas sócio territoriais e culturais, são apontados nesse trabalho como a negação à ordem escravista e como possibilidade encontrada pelos escravizados em restabelecer a liberdade outrora perdida: “Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre.” (NASCIMENTO, 2009, p. 203).

Quilombo é a tradução da palavra *kilombo*, de origem banta, que significa arraial ou acampamento (MOURA, 1981, p. 335). Pelo conteúdo “o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. ” (MUNANGA, 1996, p. 63). Durante o período da escravidão o quilombo:

(...) foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão (...) O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. (MOURA, 1981, p. 87).

Era no quilombo que os escravizados experimentavam a liberdade, recuperavam e recriavam tradições e se constituíam enquanto grupo, que em coletividade afirmava a sua humanidade.

Os descendentes de africanos, com a construção de quilombos, se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista:

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, facilitando sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também podiam assumir modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. (NASCIMENTO, 2009, p.203)

Para Abdias Nascimento, o quilombo abarca mais do que os quilombos, nos moldes que conhecemos, abrange também outros espaços que se arvoraram a restabelecer a dignidade negra, integrando uma prática de libertação e, principalmente, tornando seus membros sujeitos da sua história. Esse movimento de libertação, Abdias Nascimento vai chamar de



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

quilombismo.

É a partir da ideia de quilombismo que compreendemos os territórios das comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas do nordeste da Baía de Todos os Santos. Essas comunidades, que resistiram e resistem ao racismo ocidental, se mantêm de pé, pois criam mecanismos de assegurarem suas histórias, memórias e território. A condição de serem comunidades negras evidencia o descaso com as quais estas são tratadas pelos setores públicos e privados do Brasil, já que: “Ser negro é enfrentar uma história de quase 500 anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo.” (NASCIMENTO, 2007 p.99).

4. A REORGANIZAÇÃO NEGRA E A SOBREPÓSICÃO DE TERRITORIALIDADES

Com o declínio da economia do açúcar, a falência das fazendas, a constituição de quilombos e a abolição da escravatura em 1888, os Africanos estabelecidos no Brasil começam a refazer suas vidas e a recriaram formas de ocupação do território.

As comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da Baía de Todos os Santos são exemplos de reorganização territorial negra e, no presente, se confrontam com o racismo e com o colonialismo agora manifestado sobre a ideologia do desenvolvimento.

As comunidades do nordeste da BTS convivem com a contradição de se encontrarem em um território preservado do ponto de vista ambiental, território esse fundamental para a manutenção do seu modo de vida, ao mesmo tempo em que se encontram em um território com expressiva concentração industrial, portuária e turística, transformando seus territórios em um local de degradação ambiental, resultando um cem número de conflitos.

O conflito se estabelece quando os empreendimentos começam a adentrar no território já estabelecido das comunidades negras. O meio-técnico-científico-informacional se expande sobre os territórios tradicionais, articulando para isso a tecnoesfera e a psicoesfera:



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como prótese. A psicoesfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnoesfera e psicoesfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. (SANTOS, 2006, p.256).

A articulação dessas duas esferas opera no território a tentativa de impor verticalidades e normas exógenas às do espaço banal. A psicoesfera, nesse sentido, atua de forma a acompanhar, apoiar e por vezes anteceder a implantação desses empreendimentos. No caso da BTS, a psicoesfera se utiliza de argumentos desenvolvimentistas, ao afirmar, por exemplo, que o Porto de Aratu gera emprego e renda, em contraposição à pesca artesanal, publicizada como inferior, atrasada e contrária ao progresso nacional.

Dessa forma, se estabelece a sobreposição conflituosa de territorialidades. De um lado, tem-se a visão dos empresários de que a Baía de Todos os Santos é a joia da coroa da logística brasileira. De outro lado, práticas socioespaciais que reclamam a necessidade de frear a saga desenvolvimentista, de forma a preservar a “mãe maré”⁴ e a “mãe terra”, bem como garantir o modo de vida e de produção dos territórios tradicionalmente ocupados.

A circulação de barcos, navios e caravelas sempre fora uma constante na vida das populações da Baía de Todos os Santos. Atualmente, o território é habitado por diversos empreendimentos navais, instalados majoritariamente na área costeira da BTS.

O início da transformação na paisagem costeira da BTS, nos moldes estruturais como conhecemos hoje, inicia-se em meados da década de 1960, com a implantação do Centro Industrial de Aratu-CIA. Segundo Brandão (2007, p.55), o CIA surge como uma tentativa de “(...) atrair investimentos beneficiados pelos incentivos fiscais administrados

⁴ Mãe Maré é a expressão utilizada pelas comunidades da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo baiano. Faz referência a relação íntima com o território pesqueiro, com os espaços de rio e de mar.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

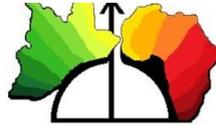
pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – a SUDENE e reforçados pelo Governo do Estado.” (BRANDÃO, 2007, p.55). Ainda segundo Maria Azevedo Brandão (2007, p.55), os investimentos não vieram e o intento do desenvolvimento da indústria não se deu como esperado, porém o Porto de Aratu, criado na ocasião, conseguiu crescer e atrair investimentos. A partir da década de 1970, cria-se a Região Metropolitana de Salvador (RMS), enquanto região administrativa e de planejamento, consolidando a separação de Salvador do Recôncavo Baiano. As ilhas da baía e os municípios vizinhos à Salvador foram incorporados a Região Metropolitana de Salvador, que atualmente conta com treze municípios, incluindo a capital baiana. Posteriormente criou-se no Recôncavo Norte “o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC (1971), a nordeste do CIA, sem um verdadeiro cuidado relativo à cultura, ao meio ambiente e às potencialidades econômicas dessa sub-região” (BRANDÃO, 2007, p.55).

Como consequência a área institucional do Centro Industrial de Aratu passou a:

(...) bloquear os caminhos à beira-mar entre Salvador e seu Recôncavo e um enclave de mais de 300 km² referente ao Complexo Petroquímico contém um insólito sanduíche composto pela implantação do segundo complexo petroquímico do país entre as sedes dos municípios de Camaçari e de Dias d’Avila – antiga estância hidromineral.(BRANDÃO, 2007, p.55).

A partir do século XX temos, portanto, a instalação de empreendimentos navais e *offshore* na zona costeira da Baía de Todos os Santos. A zona costeira é aqui entendida como “uma zona de contato entre dois grandes conjuntos: os continentes e os mares, as áreas onde os homens moram e trabalham e as áreas onde eles se deslocam e trabalham também.” (PROST, 2016, p.51).

É essa área que tem centralidade nesse estudo “devido à intensificação dos usos, com a expansão das indústrias e dos portos públicos e privados de norte a sul do país.” (SILVA, PROST, 2016, p.9). A zona costeira conhece atividades e usos que lhe são próprias: “A localização litorânea possui uma série de atributos singulares que vão qualificá-la como uma situação geográfica ímpar” (MORAES, 2007, p.31). Atributos que vão desde a raridade dos terrenos próximos ao mar, em relação ao conjunto de terras emersas ao ponto de vista da biodiversidade e em termos da circulação e fluxos oceânicos no mundo contemporâneo



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

(MORAES, 2007).

Para a articulação entre o Estado e os empreendedores privados, a zona costeira significa uma porta de entrada e saída de riquezas baianas, propícia para a ampliação e implantação de empreendimentos navais. Já que 70% do PIB (Produto Interno Bruto) da Bahia transitam pela área de influência da BTS.

Os empreendimentos instalados no nordeste da BTS formam um complexo industrial-portuário⁵ no qual estão previstos desde a extração, estocagem, beneficiamento e refino de petróleo, gás e demais componentes químicos, passando pela confecção e reforma de embarcações, estando incluso também yachts e marinas para o turismo local.

Com a chegada dos empreendimentos industriais navais, as comunidades pesqueiras do nordeste da BTS tiveram seus territórios e modos de vida modificados. O acesso ao território pesqueiro fora drasticamente modificado, seja pela destruição do manguezal para implantação dos empreendimentos, seja pela poluição química e extinção da flora e fauna terrestre e marinha, seja pelo cerceamento do acesso às áreas extrativistas e sagradas tradicionais (mapa 2).

Mapa 2



⁵ O complexo comporta o Sistema Portuário da Baía de Todos os Santos, formado pelo porto descontinuado Aratu-Candeias/Salvador, além dos TUPs da Petrobrás (Temadre e o Terminal de Gaseificação), Ford, Dow Química, Moinho Dias Branco e Gerdau (Usiba), todos operando em áreas sob a jurisdição da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA). (CODEBA)



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

5. CONCLUSÃO

Ao apresentarmos o debate que configura o território da Baía de Todos os Santos como um território africano em diáspora e demonstrando, mesmo que inicialmente, que o estatuto do colonialismo, da violência contra os povos considerados atrasados perdura até os dias de hoje, sendo fruto do racismo que ainda se arrasta no Brasil.

Alguns traços do colonialismo permanecem e a invasão, destruição e modificação dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades pesqueiras e quilombolas pelos empreendimentos navais são um fato incontestável destes traços.

6. REFERÊNCIAS

Araújo, Abdias do Nascimento. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO; TAVARES; PEREIRA. **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador, BA: EDUFBA, 2011.

BARROS, ZELINDA. **Quilombos**. 2016.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Porto: Poveira, 1971.

CHRISTIAN, Mark. Conexões da diáspora africana: Uma resposta aos críticos da afrocentricidade. In: NASCIMENTO. **AFROCENTRICIDADE: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2009.

FERNANDES, Luydy; ETCHEVARNE, Carlos. Apontamentos para uma arqueologia do recôncavo baiano. In: CAROSO; TAVARES; PEREIRA. **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador, BA: EDUFBA, 2011. LUZ, Marco Aurelio. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. Salvador, BA: EDUFBA, 2013.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2. Ed. Belo Horizonte: Nadyala, 2012. 301p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007. P. 232.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 3. ed. São Paulo, SP: Ciências Humanas, 1981. 282 p.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. In: **Revista USP**, n.28, São Paulo, EDUSP, 1996, p. 56-63.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

_____, Kabelngele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo, SP: Global, 2009.

NASCIMENTO, ABDIAS. Quilombismo: Um conceito emergente do processo histórico-cultural da população brasileira. In: NASCIMENTO. **AFROCENTRICIDADE: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo, SP: Selo Negro, 2009.

PARAÍSO, Maria. Índios, naufragos, moradores, missionários e colonos em KiriMurê no século XVI: embates e negociações. In: CAROSO; TAVARES; PEREIRA. **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos.** Salvador, BA: EDUFBA, 2011.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.** 2. ed. rev. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. 390 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

PROST, Catherine. Região Costeira, um espaço geográfico específico entre dois conjuntos. In: PROST; SILVA. **Espaços costeiros brasileiros: Dilemas e desafios geográficos.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. P.51-58.

PROST, Catherine; SILVA, Catia Antonia da. Apresentação. In: PROST; SILVA. **Espaços costeiros brasileiros: Dilemas e desafios geográficos.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. P.51-58.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo, EDUSP, 2006. 384 p.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1988.

TAVARES, Fátima et al. Os contornos da Baía de Todos os Santos. In: CAROSO; TAVARES; PEREIRA. **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos.** Salvador, BA: EDUFBA, 2011.